

LEI MUNICIPAL Nº 2.157/2014

Que autoriza o Poder Executivo Municipal a doar o Lote de terreno urbano de nº 01, com uma área de 20.052,75 m² no Distrito Industrial a Empresa **GMAX INDUSTRIA E TECNOLOGIA LTDA - ME**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **JÚLIO CÉSAR FLORINDO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei:

Art.1º – Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a doar a Empresa **GMAX INDUSTRIA E TECNOLOGIA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.820.025/0001-55, o Lote de terreno urbano de nº 01, com uma área de 20.052,75 m², localizado no Distrito Industrial, deste Município, matriculado sob o nº 30.810 no 1º Serviço Notarial e Registral desta Comarca de Barra do Bugres de propriedade do Município de Barra do Bugres.

Parágrafo Único – O lote industrial mencionado no caput deste artigo, será destinado a instalação da Empresa **GMAX INDUSTRIA E TECNOLOGIA LTDA - ME** – que tem por finalidade a implantação de Industria de Desenvolvimento Tecnológico cuja principal atividade econômica e a fabricação de Equipamentos de Informática e Componentes Eletrônicos.

Art.2º – A doação será feita sob condição:

I. A doação do referido lote será efetuada mediante Escritura Pública de Doação, na qual ficará assegurada a reversão do imóvel doado a favor do Município, sem direito a qualquer tipo de indenização, se a donatária não cumprir o objetivo previsto no Parágrafo Único do Art. 1º desta Lei ou nas hipóteses do art. 6º da Lei Municipal 1.877/2009.

II. Fica estipulado o prazo de **04 (quatro)** meses para o início da implantação do Projeto a que se propõe e o prazo de **18 (dezoito)** meses para sua conclusão e funcionamento pleno, prazo estes que poderão ser prorrogados, desde que haja motivo plenamente justificável e aceito pela Administração Pública Municipal.

III. O lote de terreno ora doado não poderá em hipótese alguma ser vendido, emprestado, alugado, ou seja, ser objeto de qualquer alienação no prazo de 08 (oito) anos, exceto para fins de financiamento.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 26 de novembro de 2014.

JULIO CESAR FLORINDO
Prefeito Municipal